

**Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)**

As Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e a Competência no Desenvolvimento Humano



Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)

As Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e a Competência no Desenvolvimento Humano

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
C569	As ciências humanas e sociais aplicadas e a competência no desenvolvimento humano 1 [recurso eletrônico] / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (As ciências Humanas e Sociais Aplicadas e a Competência no Desenvolvimento Humano; v. 1) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-514-3 DOI 10.22533/at.ed.143190607 1. Antropologia. 2. Pluralismo cultural. 3. Sociologia. I. Silvestre, Luciana Pavowski Franco. CDD 301
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A Atena editora apresenta o e-book “Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: Competências no Desenvolvimento Humano”.

São ao todo noventa e três artigos dispostos em quatro volumes e dez seções.

No volume 1 apresentam-se artigos relacionados as temáticas *Estado e Democracia; Gênero: desigualdade e violência; Identidade e Cultura e Perspectivas teóricas e produção de conhecimento*. As seções descritas possibilitam o acesso a artigos que introduzem o tema central do e-book, através de pesquisas que abordam a formação social brasileira e como é possível identificar os reflexos desta na constituição do Estado, nos espaços de participação social, nas relações de gênero e constituição da identidade e cultura da população.

O volume 2 está organizado em três seções que apresentam relação e continuidade com o primeiro volume, em que são apresentadas pesquisas que trazem como objeto de estudo as políticas de saúde, de educação e de justiça e a relação destas com a perspectiva de cidadania.

Território e desenvolvimento regional: relações com as questões ambientais e culturais, é a seção que apresenta os artigos do volume 3 do e-book. São ao todo 18 artigos que possibilitam ao leitor o acesso a pesquisas realizadas em diferentes regiões do país e que apontam para a relação e especificidades existentes entre território, questões econômicas, estratégias de organização e meio ambiente e como estas acabam por interferir e definir nas questões culturais e desenvolvimento regional. São pesquisas que contribuem para o reconhecimento e democratização do acesso à riqueza da diversidade existente nas diversas regiões do Brasil.

Para finalizar, o volume 4 apresenta 23 artigos. Nestes, os autores elaboram pesquisas relacionadas a questão econômica, e como, as decisões tomadas neste campo refletem na produção de riqueza e nas possibilidades de acesso ao trabalho e renda. As pesquisas apontam também para estratégias identificadas a exemplo da organização de cooperativas, empreendedorismo, uso da tecnologia e a importância das políticas públicas.

As pesquisas apresentadas através dos artigos são de extrema relevância para as Ciências Humanas e para as Ciências Sociais Aplicadas, e contribuem para uma análise mais crítica e fundamentada dos processos formativos e das relações estabelecidas na atual forma de organização social, econômica e política.

Desejamos boa leitura a todos e a todas!!

Luciana Pavowski Franco Silvestre

SUMÁRIO

ESTADO E DEMOCRACIA

CAPÍTULO 1 1

A BURGUESIA BRASILEIRA NA CRISE POLÍTICA DO IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF: UM BALANÇO DA LITERATURA

[Felipe Queiroz](#)

DOI 10.22533/at.ed.1431906071

CAPÍTULO 2 18

BICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL: QUAIS SENTIDOS DA “NAÇÃO” A CELEBRAR?

[Alexandre Fernandes Corrêa](#)

DOI 10.22533/at.ed.1431906072

CAPÍTULO 3 31

CONSELHOS GESTORES DE POLÍTICAS PÚBLICAS: INSTRUMENTOS DE DEMOCRACIA PARTICIPATIVA E CONTROLE SOCIAL NO MUNICÍPIO DE CURITIBA

[Fabiana Marissa Etzel Barddal](#)

[Ricardo Lobato Torres](#)

DOI 10.22533/at.ed.1431906073

CAPÍTULO 4 40

PARTICIPAÇÃO SOCIAL: AS CONTRADIÇÕES EM MEIO A CONJUNTURA ATUAL

[Eliane Fátima Voitena](#)

[Maysa Nuernberg de V. Costa](#)

[Juliana Yuri Kawanishi](#)

[Talyssa Aparecida Stremel Vieira](#)

DOI 10.22533/at.ed.1431906074

GÊNERO: DESIGUALDADE E VIOLÊNCIA

CAPÍTULO 5 47

A DESIGUALDADE DE GÊNERO NO PROCESSO DE ENVELHECIMENTO

[Maysa N. de Vasconcellos Costa](#)

[Talyssa Aparecida Stremel Vieira](#)

[Juliana Yuri Kawanishi](#)

DOI 10.22533/at.ed.1431906075

CAPÍTULO 6 57

A EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE FAMÍLIA BRASILEIRA

[Natália Schettine Marques](#)

[Milena Cirqueira Temer](#)

[Fernanda Franklin Seixas](#)

[Andréia Almeida Mendes](#)

[Lídia Maria Nazaré Alves](#)

DOI 10.22533/at.ed.1431906076

CAPÍTULO 7	67
FAMÍLIAS MONOPARENTAIS E A FEMINIZAÇÃO DA POBREZA	
Virginia de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.1431906077	
CAPÍTULO 8	75
HOMOFOBIA: PERCEPÇÃO DE ESTUDANTES DO IF BAIANO – CAMPUS ITAPETINGA	
Cátia Brito dos Santos Nunes	
João Diógenes Ferreira dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.1431906078	
CAPÍTULO 9	82
VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO MUNICÍPIO DE PORTO SEGURO – BA	
Péricles Sena dos Santos Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.1431906079	
IDENTIDADE E CULTURA	
CAPÍTULO 10	91
BALATA, PARAFUSO, ENSINO E INVESTIMENTO: O TRABALHO NO ACERVO AUDIOVISUAL DO INSTITUTO NACIONAL DE CINEMA EDUCATIVO	
Rafael Fermino Beverari	
DOI 10.22533/at.ed.14319060710	
CAPÍTULO 11	105
DIÁLOGOS: BRASIL, ÁFRICA E O DESAFIO DE SANTCHO: O MACAQUINHO	
Patrícia Aparecida Souza	
Lídia Maria Nazaré Alves	
Leonardo Gomes de Souza	
Paulo César Risso de Souza	
Janilson Carvalho de Alvarenga Mendes	
Ivete Monteiro de Azevedo	
DOI 10.22533/at.ed.14319060711	
CAPÍTULO 12	116
DIREITO À CULTURA NO BRASIL: UMA ANÁLISE SOBRE O NEOLIBERALISMO CULTURAL	
Bárbara Cristina Kruse	
Leonel Brizolla Monastirsky	
DOI 10.22533/at.ed.14319060712	
CAPÍTULO 13	125
IDENTIDADE E LUGAR: IMPACTOS DA IMPLANTAÇÃO DE EQUIPAMENTO COMUNITÁRIO DE GRANDE PORTE EM ÁREA HISTÓRICA NA CIDADE DE BAURU-SP	
Lucas do Nascimento Souza	
Tatiana Ribeiro de Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.14319060713	

CAPÍTULO 14 138

O SUSTO E A ORDEM: O BARROCO COMO FERRAMENTA DE ANÁLISE DA FORMAÇÃO DO BRASIL

[Wallace Faustino da Rocha Rodrigues](#)

DOI 10.22533/at.ed.14319060714

CAPÍTULO 15 155

TERRITÓRIO DA CIDADANIA DO JALAPÃO: RESGATE HISTÓRICO E DESAFIOS

[Maria Antônia Valadares de Souza](#)

[Heber Rogério Grácio](#)

[Airton Cardoso Cançado](#)

[Nayara Silva dos Santos](#)

[Gislâne Barbosa](#)

DOI 10.22533/at.ed.14319060715

CAPÍTULO 16 167

IMAGEM E PODER: A FABRICAÇÃO DE LUÍS XIV E D. PEDRO II

[Cristiane Aparecida Rodrigues](#)

[Mariana Luana Martins](#)

[Lidiane Hott de Fúcio Borges](#)

[Amanda Dutra Hot](#)

[Germano Moreira Campos](#)

DOI 10.22533/at.ed.14319060716

CAPÍTULO 17 180

AVALIAÇÃO ARQUEOLÓGICA EM ARTEFATOS CERÂMICOS ENCONTRADOS EM SANTARÉM: ÁREAS 4A E 4B DO SÍTIO PORTO

[Hudson Romário Melo de Jesus](#)

[Lilian Rebellato](#)

DOI 10.22533/at.ed.14319060717

CAPÍTULO 18 193

A QUESTÃO URBANA DERIVADA DAS TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICO-SOCIAIS EM ARMANDO AUGUSTO DE GODOY: A CIDADE DESEJADA SOBRE A CIDADE QUE SE TEM

[Celina Fernandes Almeida Manso](#)

DOI 10.22533/at.ed.14319060718

CAPÍTULO 19 207

PORQUE O ESPÍRITO NÃO TEM FORMA, MUITO MENOS COR: O PRECONCEITO RACIAL E A PRESENÇA DE NÃO-NEGROS NA UMBANDA

[Mariana Datria Schulze](#)

[Andrieli do Canto Nunes](#)

[Denise Vieira Taborda](#)

[Isabela Holz](#)

DOI 10.22533/at.ed.14319060719

PERSPECTIVAS TEÓRICAS E A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

CAPÍTULO 20 218

PROPOSTA ARQUITETÔNICA PARA UM CENTRO DE DANÇA MUNICIPAL EM PALMAS-TO

[Laryssa Aguiar Melo](#)

DOI 10.22533/at.ed.14319060720

CAPÍTULO 21	232
PRESERVAÇÃO DA INFORMAÇÃO: GERENCIAR PARA POSSIBILITAR O ACESSO	
Luana de Almeida Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.14319060721	
CAPÍTULO 22	244
AQUISIÇÃO DE INFORMAÇÕES CIENTOMÉTRICAS A PARTIR DA WEB DE DADOS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NO CONTEXTO DE UMA UNIVERSIDADE BRASILEIRA	
Sandro Rautenberg	
Paulo Ricardo Vивиurka do Carmo	
DOI 10.22533/at.ed.14319060722	
CAPÍTULO 23	261
O PROCESSO DE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NO PPGSS/UFPB: O ESTADO DA ARTE DAS DISSERTAÇÕES DE MESTRADO VINCULADOS À ÁREA DE FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-PRÁTICA DO SERVIÇO SOCIAL	
Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida	
Lucicleide Cândido dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.14319060723	
CAPÍTULO 24	279
REFLETINDO SOBRE A RELAÇÃO ENTRE AS IMAGENS DE THÉODORE DE BRY E O TEXTO ESCRITO NA OBRA “DUAS VIAGENS AO BRASIL” DE HANS STADEN	
Wallace Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.14319060724	
CAPÍTULO 25	288
UM RECORTE SOBRE O CONCEITO DE CONHECIMENTO: UMA PROPOSTA DE PERPETUAÇÃO DOS ATIVOS INTANGÍVEIS DAS ORGANIZAÇÕES	
José Carlos de Souza	
Rosane Aparecida Moreira	
Roque Kleiber Silva Brandão	
DOI 10.22533/at.ed.14319060725	
CAPÍTULO 26	296
A MORTE NA FILOSOFIA DE E.M CIORAN: CAMINHOS PARA O NIILISMO	
Jheovanne Gamaliel Silva de Abreu	
Luédlley Raynner de Souza Lira	
DOI 10.22533/at.ed.14319060726	
CAPÍTULO 27	305
BIBLIOTECÁRIOS DAS FORÇAS ARMADAS: PERFIS E CONCEPÇÕES	
Márcio da Silva Finamor	
DOI 10.22533/at.ed.14319060727	
SOBRE A ORGANIZADORA.....	321
ÍNDICE REMISSIVO	322

BALATA, PARAFUSO, ENSINO E INVESTIMENTO: O TRABALHO NO ACERVO AUDIOVISUAL DO INSTITUTO NACIONAL DE CINEMA EDUCATIVO

Rafael Fermino Beverari

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas,
Programa de Pós Graduação em Ciências
Sociais, Universidade Estadual de Campinas

Cinema; Crítica da Modernidade; Educação;
Trabalho.

BALATA, SCREW, TEACHING AND INVESTMENT: THE LABOUR IN THE AUDIOVISUAL COLLECTION OF THE NATIONAL INSTITUTE OF EDUCATIONAL CINEMA

RESUMO: Esta pesquisa consiste na análise de como a concepção de trabalho é representada no acervo audiovisual do Instituto Nacional de Cinema Educativo - INCE. Reconhecido como o primeiro órgão oficial do governo voltado especificamente ao cinema, sua existência percorre os anos de 1936 a 1966. As obras cinematográficas brasileiras mantidas no Ministério da Educação e Saúde - posteriormente desmembrado ao Ministério da Educação e Cultura - retratam senão a realidade brasileira, ao menos uma reprodução mediada pelas lentes das câmeras desse cenário, tendo como pano de fundo a ideia de progresso e modernidade. Assim, pretende-se analisar os filmes, por um viés sociológico, de modo a destacar as metamorfoses do mundo do trabalho durante o período abordado. O posicionamento e o deslocamento da câmera, o processo de montagem, os ruídos e a voz *over* do narrador conduzem os espectadores através das linhas de produção em um discurso no interior de novos modos de gestão e controle da classe trabalhadora.

PALAVRAS-CHAVE: Ciências Sociais;

ABSTRACT: This research consists of the analysis of how the conception of work is represented in the audiovisual collection of the National Institute of Educational Cinema. Recognized as the first official government body focused specifically on cinema, its existence runs from 1936 to 1966. The Brazilian cinematographic works, maintained in the Ministry of Education and Health - later dismembered to the Ministry of Education and Culture -, portray only the Brazilian reality, at least a reproduction mediated by the lenses of the cameras of this scenario, against the background of the idea of progress and modernity. Thus, we intend to analyze the films, by a sociological bias, in order to highlight the metamorphoses of the world of work during the period covered. The camera's positioning and displacement, the editing process, the noises and the voice over of the narrator lead the viewers through the production lines into a

discourse within new modes of management and control of the working class.

KEYWORDS: Social Sciences; Cinema; Critique of Modernity; Education; Labour.

1 | INTRODUÇÃO

A criação do Instituto Nacional de Cinema Educativo (INCE) vinculado ao Departamento Nacional de Propaganda (DNP) representa o primeiro órgão oficial do governo brasileiro voltado à produção cinematográfica, com o objetivo de informar, enquanto processo educativo, as representações da sociedade brasileira no contexto da denominada modernização. No período 1936 a 1966 foram produzidos 407 filmes documentários e ficcionais. O objetivo deste capítulo é analisar cinco filmes sob a perspectiva da Sociologia do Trabalho.

A proposição se baseia em discutir como ocorre a organização da força de trabalho frente às transformações da sociedade provenientes de uma crescente burguesia industrial e a expansão da classe trabalhadora nas cidades. Todavia, a obra audiovisual estabelece íntima relação com os arranjos das forças produtivas no processo educacional de formação da sociedade.

2 | ENTRE A BALATA E O PARAFUSO

O começo do século XX brasileiro é marcado por profundas transformações políticas no que tange a disputa do poder executivo. Após um primeiro momento pautado pela hegemonia de setores militares apoiados por grupos republicanos, a contenda se desloca às elites locais da região sul e sudeste. Os interesses procedentes dos industriais ecoam em um momento marcado pela expansão dos centros urbanos. Nesta ocasião, o debate envolvendo o moderno e o arcaico irrompem na formação da sociedade brasileira.

A apreensão com a necessidade do estabelecimento de uma identidade nacional também perpassa o cotidiano de uma nação pautada pelas contradições provenientes do seu próprio processo de desenvolvimento. Assim, a cisão entre campo e cidade vai além dos limites territoriais, representando um jogo pela conquista do poder econômico e político deste país. Segundo Martins (1987, p.75), “serão justamente a educação do povo, pela instrução pública, a reforma do ensino e a construção de um “campo cultural”, a partir da universidade, que se tornarão os eixos de preocupação de uma boa parte da intelligentsia dos anos 20 e 30”.

Somado a essa efervescência da constituição de uma imagem do que seria esse projeto de brasilidade, Oliveira (1982, p.26) destaca que “o nacionalismo ocupa-se em identificar uma coletividade histórica em termos da nação, e são os fatores étnicos, geográficos e culturais que asseguram a solidariedade nacional”.

Conforme retratado por Ianni (1971), a principal via encontrada pela emergente força política proveniente do tenentismo, industriais e do meio artístico dos anos 1920

para enfrentar os problemas de seu tempo é através de um apelo ao nacionalismo. Deste modo, não é de se estranhar a participação dos intelectuais na produção de ideais nacionalistas com a finalidade de unificar um país de tamanho continental como o Brasil. Neste momento de consolidação das forças em território nacional, a participação dos novos gestores também trilha esse mesmo caminho na construção de uma comunidade estruturada a partir de seus mitos de origem, língua, documentos antigos e demais eventos de um passado que reforça o sentimento de unidade.

Através de preceitos analisados por Benedict Anderson, a percepção de nação projetada no Brasil do começo do século XX seria uma comunidade imaginada; limitada internamente pela pretensa ideia de semelhanças nacionais e externamente pelas especificidades de cada povo; por fim, concebida como um espaço de soberania política. Afinal, “mais que inventadas, as nações são imaginadas, no sentido de que fazem sentido para a alma e constituem objetos de desejos e projeções” (ANDERSON, 2008, p.10).

Ainda em 1928, o Decreto n. 3.281 de 23 de janeiro estabelece as diretrizes para a organização do ensino na capital federal, de modo que “todas as escolas de ensino primário, normal, doméstico e profissional, quando funcionarem em edifícios próprios, terão salas destinadas à instalação de projeção fixa e animada para fins meramente educativos” (SIMIS, 2015, p. 31). Dessa maneira, o desenho da construção de uma identidade nacional projetada pelas imagens em movimento por meio de espaços educativos começa a se rascunhar.

Em 1932, um grupo de 24 educadores redige o *Manifesto dos pioneiros da Educação Nova*. Esse documento se debruça sobre a centralidade de uma educação de qualidade na construção de uma sociedade livre e soberana. Dentre os pontos destacados, “a escola deve utilizar, em seu proveito, com a maior amplitude possível, todos os recursos formidáveis, como a imprensa, o disco, o cinema e o rádio...” (AZEVEDO et al., 2010, p.62). Dentre os signatários, destaca-se a presença de Edgar Roquette-Pinto, do qual este projeto cruzará adiante.

Apreocupação demonstrada no Manifesto mencionado sugere grau de influência durante a ditadura varguista. O censo de 1933 fornecido pelo Instituto Nacional de Estatística - atual IBGE - aponta para a existência de 277 estabelecimentos de ensino, entre eles federal, estadual, municipal e particular que possuem o “aparelhamento especial para projeções luminosas animadas”. Esse número sobe para 475 no ano seguinte. Uma vez que um dos pilares na credibilidade de um discurso é não deixar transparecer a construção que o sustenta, a questão que perpassa esse momento é sobre quais interesses tal demanda de exibição fílmica atende.

Em busca do controle deste meio de expressão, em um discurso realizado em 1934, Getúlio Vargas (1983, p.187) exalta o cinema como um dos “mais úteis fatores de instrução de que dispõe o Estado moderno”. Ao aproximar o cinema de um caráter educativo, ressalta ainda que é por meio deste espetáculo que “as nossas populações praieiras e rurais aprenderão a amar o Brasil, acrescentando a confiança

nos destinos da Pátria” (Ibid., p.188).

A latente preocupação com o material projetado é transposta ainda antes de tal discurso no Decreto n. 21.240 de 1932, por meio de um processo de regulamentação das produções cinematográficas nacionais. Desse modo, “o filme documentário, seja de caráter científico, histórico, artístico, literário e industrial, representa, na atualidade, um instrumento de inigualável vantagem, para a instrução do público e propaganda do país, dentro e fora das fronteiras”. Sobre o conteúdo audiovisual exibido, como “a exemplo dos demais países, e no interesse da educação popular, a censura dos filmes cinematográficos deve ter cunho acentuadamente cultural; e, no sentido da própria unidade da nação”. A expansão dos equipamentos cinematográficos não se dá de maneira desordenada em território nacional. A abordagem da temática “industrial” aparece descrito logo nessa primeira forma de regulamentação da prática cinematográfica. Determinada imposição, como veremos adiante, não se coloca de maneira despretensiosa no escopo dos assuntos abordados nas projeções.

Esse decreto de 1932, todavia, procura atender aos anseios da incipiente indústria cinematográfica nacional através da obrigatoriedade de exibição de filmes nacionais a serem exibidos nos cinemas. Assim, o artigo 13 prevê que “o Ministério da Educação e Saúde Pública fixará a proporção da metragem de filmes nacionais a serem obrigatoriamente incluídos na programação de cada mês”. Uma das formas de atender a essa demanda sem despender maiores custos com cenários, atores e roteiristas é a realização de complementos nacionais a serem exibidos antes dos filmes. Deste modo, a aproximação do poder centralizador e autoritário de Vargas com os meios de comunicação sempre foi concebida como um caminho para a manipulação das massas. Como consequência de tais ações, o Instituto Nacional de Cinema Educativo é regulamentado em 1937. Neste mesmo ano ocorre a criação do “Cine Jornal Brasileiro” - cinejornal oficial do Estado Novo, regulamentado pelo Departamento Nacional de Propaganda, com existência até 1980.

A necessidade de estabelecer um movimento voltado à centralização das informações oficiais por meio do audiovisual com a finalidade de assegurar a liderança de Getúlio Vargas é endossada por meio do Decreto de 1932. Assim, as exibições públicas em escolas ou cinemas são organizadas por intermédio deste. Porém, quais são os interesses por detrás da aparente preocupação no processo de “educação popular”? Quais preceitos constituem tal “unidade da nação”?

Como mencionado, a indústria passou a ser um tema recorrente na produção audiovisual dos anos 1930. Cabe ressaltar o lugar que essa atividade econômica ocupa nas telas e as intenções de seu uso a tal ponto de ser citada nominalmente em um decreto presidencial. A necessidade de organização da força de trabalho frente às transformações da sociedade provenientes de uma crescente burguesia industrial é uma das hipóteses analisadas no decorrer dessa pesquisa que implica na íntima relação entre os aspectos de uma obra audiovisual e os arranjos das forças produtivas.

As discussões sobre a necessidade de centralizar o controle das informações se acirram ainda nas vésperas do Estado Novo. Em 1936, tais debates desembocam na criação do Instituto Nacional de Cinema Educativo (INCE), inicialmente organizado sob tutela do Departamento Nacional de Propaganda (DNP) que se transforma, em 1939 no Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). O INCE surge como o primeiro órgão oficial do governo brasileiro voltado à produção cinematográfica. Porém, somente em 13 de janeiro de 1937 esse Instituto é regulamentado pela Lei n. 378 que dita as competências do Ministério da Educação e Saúde, ocupado pelo ministro Gustavo Capanema. Dentre as disposições, o artigo 40 ressalta que “fica creado o Instituto Nacional de Cinema Educativo, destinado a promover e orientar a utilização da cinematographia, especialmente como processo auxiliar do ensino, e ainda como meio de educação popular em geral.”

O INCE perdurou até 1966 e teve como seu entusiasta o médico, antropólogo e educador Edgar Roquette-Pinto que dirigiu o Instituto de 1937 a 1947. Foi a seu convite que o cineasta Humberto Mauro se dedicou na direção de 220 documentários até 1964. Em sua totalidade, uma listagem realizada em 1990 (Cf. Souza) indica a realização de 407 produções de curtas e médias metragens voltados à educação popular, ciência e tecnologia. As exhibições eram realizadas em instituições culturais, escolas e antes das exhibições de longas metragens nos cinemas.

Sua estrutura organizativa se baseia na divisão de quatro frentes: o expediente, o plano, a execução e a distribuição. Ao refletir sobre a circulação de produtos de um incipiente mercado audiovisual, as bases da indústria cinematográfica começam a se consolidar em território nacional. O modo como o cinema é abordado neste projeto deve levar em consideração “que o seu objeto é, essencialmente, uma Indústria de Entretenimento, que também faz uso de meios estético para obter determinados efeitos e para satisfazer um grande mercado de consumidores” (ROSENFELD, 2013, p. 35).

O crítico germano-brasileiro Anatol Rosenfeld realiza uma abordagem dos elementos estéticos encontrados no cinema por meio de suas relações de interdependência com os fatores econômicos que possibilitam sua produção e distribuição. O filme - ao menos boa parte dos exibidos no circuito cinematográfico - passa a ser visto como um produto comercial manipulado por comerciantes. Seu consumo coletivo e simultâneo pelos espectadores possibilitaria, apesar das impressões individuais, uma certa standardização da mercadoria (filme). Deste modo,

a gravitação comercial exige, em escala ascendente, o aproveitamento máximo dos estúdios e alta eficiência e velocidade de produção. Só assim é que o capital empatado, baseado na circulação rápida dos filmes, promete amortização segura e satisfatória. Daí o interesse dos produtores pela distribuição, pois é esta que garante o rápido escoamento da mercadoria. (Ibid., p. 114)

Neste caso, é importante desvendar como o filme é utilizado no processo de

racionalização do trabalho no Brasil. Na concepção que segue, a arte é concebida como expressão sem deixar de lado seu caráter comunicativo diante do modo de produção capitalista. Para que tal proposta surta efeito, é necessário um intenso ritmo de produção audiovisual que exiba determinada formação social da sociedade brasileira. Talvez essa possa ser uma das explicações da grande quantidade de material audiovisual produzido no período de existência dessa instituição.

Uma das poucas fontes quantitativas encontradas sobre o INCE revela que, até 1943, “havia 232 instituições cadastradas em todo o país, sendo 131 no Rio de Janeiro e 101 nos demais estados” (Ribeiro, 1944 apud Carvalho, 2008, p. 60). Apesar da distribuição se concentrar na capital federal, o decreto n. 20.301 de 1946 aprova, oficialmente, a forma de organização e as devidas orientações educativas deste Instituto. O artigo 3º destaca que o diretor deve ter um secretário escolhido entre os funcionários do Ministério da Educação e Saúde. O conteúdo a ser tratado nas películas fica a cargo de uma “Comissão Consultiva composta de cientistas e artistas de reconhecida autoridade” (Idem), que é responsável pela aquisição de novos filmes ao acervo. Ainda, em seu último artigo, registra-se a viabilidade do Instituto «documentar gratuitamente, na medida das suas possibilidades e a critério do diretor, as pesquisas científicas e técnicas originais, realizadas por pessoas idôneas» (Idem). A orientação para o registro do desenvolvimento científico em um momento marcado pelas transformações no mundo do trabalho diante da crescente industrialização aponta para um embate sobre alguns aspectos da dominação ideológica, cuja

classe dominante, para dominar, não pode nunca apresentar a sua ideologia como sendo sua a ideologia, mas ela deve lutar para que esta ideologia seja sempre entendida como a verdade. Donde a necessidade de apresentar o cinema como sendo expressão do real e disfarçar constantemente que ele é artifício, manipulação, interpretação. (BERNARDET, 1980, p. 10)

Ao visar o descortinamento das relações que envolvem o Instituto, é importante destacar a passagem dos gestores presentes em sua trajetória. Após a saída de Roquette-Pinto da direção do INCE, Pedro Gouvêa, até então técnico de Educação do Ministério de Educação e Saúde, assume o cargo de diretor no lugar de seu idealizador. Sua gestão começa em 1947 e perdura até 1961, sendo sucedida por Flávio Tambellini quando, em 1966, ocorre sua transformação em Instituto Nacional de Cinema (INC). A passagem de um órgão voltado ao serviço “educativo” em algo que abrange toda a produção, exibição e distribuição da indústria cinematográfica brasileira demonstra a abrangência que marca a trajetória desse Instituto em território nacional.

Embora a produção audiovisual tenha reduzido consideravelmente - do total de 407, somente 60 foram realizadas em seus últimos 6 anos - há algumas observações a se fazer referente aos rumos adotados no decorrer da trajetória do órgão. Schvarzman (2004) destaca a existência de duas fases: a primeira corresponde à gestão de

Roquette-Pinto (1937-1947) e diz respeito às descobertas científicas, biografias e ensinamentos técnicos; a outra diz respeito às gestões de Gouvêa (1947-1961) e Tambellini (1961-1966) cujo destaque se voltou à diversidade cultural existente nas distintas regiões do Brasil.

A transição de um órgão voltado a um projeto educativo para algo mais abrangente em território nacional coincide com um momento de crescimento da indústria cinematográfica brasileira que clama por uma instituição que atenda suas demandas que variam desde facilitação na compra de películas virgens até benefícios nas transações de importação e exportação de produtos fílmicos. Para exemplificar como mesmo durante sua existência o INCE foi se transformando paulatinamente nesse órgão centralizador a serviço das entidades do cinema, o Decreto n. 49.575 de 1960 corresponde à criação da Escola Nacional de Cinema, sendo esta, responsável pelo “ensino técnico, de grau médio, visando à habilitação, de modo geral, para o desempenho de atividades nos diversos setores da arte e da indústria do cinema”. Em 23 de agosto de 1961 é a vez do Decreto n. 51.239 instituir a Campanha Nacional do Cinema Educativo com o intuito de fomentar a prática cinematográfica nos espaços educativos por meio de instalação de filmotecas e projeção de filmes em diferentes “estabelecimentos de ensino, oficiais e particulares, e nas instituições culturais e científicas”. Surge novamente, em 1961, uma preocupação em associar o progresso científico ao desenvolvimento do audiovisual mediante um processo educativo. Os dois decretos citados estariam sob responsabilidade do Instituto Nacional de Cinema Educativo. Paulatinamente esse órgão ganha contornos de uma organização que abrange cada vez mais responsabilidades diante de uma parcela da sociedade que produz e consome filmes. Assim, não é de se estranhar que tanto governo, quanto empresários de diversos ramos se interessem pelas possibilidades que surgem em transmitir um certo conteúdo educativo que pouco é mencionado por meio dos decretos presidenciais.

O cinema, tal como um meio de expressão, é resultado de um conjunto de imagens e sons editados com um propósito específico de acordo com os interesses de determinada equipe que corresponde aos anseios de dada classe social. Diferentemente da concepção de uma arte que reproduz exatamente o vivido, “*la pantalla revela al mundo evidentemente no como es, sino como se le corta, como se le comprende en una época determinada*” (SORLIN, 1992, p. 28). Ao considerar os pressupostos de Pierre Sorlin, pretende-se analisar as mudanças sociais através do conteúdo fílmico sem esquecer do contexto histórico do qual é construído. Assim, “*lo real no es directamente perceptible: es mediatizado por las normas de evaluación que el observador comparte con su grupo y que dependen, ellas mismas, de la posición de ese grupo en la configuración de las fuerzas sociales*” (Ibid., p. 162).

Diante desse cenário, é possível notar, nas produções do INCE realizadas por Humberto Mauro, como “a temática do trabalho horizontaliza as abordagens do meio rural e dos homens, mulheres e crianças que habitam esse local” (RANGEL, 2010,

p. 34). A particularidade de como essa questão do trabalho é abordada no interior do Instituto ganha sua devida amplitude se levar em consideração o total de produções realizadas e adquiridas no decorrer de sua existência.

No acervo do INCE, é possível destacar os alguns títulos audiovisuais que abordam situações envolvendo as relações de produção no Brasil entre 1936 e 1966: “A Balata”, “Machina Simples 1ª parte: alavancas”, “Um Parafuso”, “Rumo ao Campo”, “A pesca por meio de comonares”, “Bambu”, “Efeitos químicos da eletricidade”, “Garimpos do Rochedo”, “Iluminação”, “Plantação de Café”, “Eletrificação da EFCB”, “Imigrantes”, “Indústria de lã”, “Trabalho”, “Da força hidráulica à energia elétrica”, “Fábrica de Pneumáticos do Brasil”, “Fabricação de Lâmpadas no Brasil”, “Fazenda de Café”, “Fazenda de Trigo”, “Indústrias Brasileiras: Caroá”, “Indústrias Brasileiras: Louça de Barro”, “Indústrias Brasileiras: o papel”, “A natureza e técnica”, “Gasogênio Light”, “Manesmann (Indústria do aço)”, “Mecanização do MES”, “Monlevade - Siderurgia Nacional”, “Borracha para vitória”, “Cerâmica campesina”, “Motor a óleo”, “Petróleo”, “Princípios da Lubrificação”, “Fabricando motores de aviação”, “Molas”, “Motor elétrico”, “Parque Proletário”, “As duas Américas e o alumínio”, “Níquel”, “Garimpeiros e garimpos”, “Trabalhos de abertura do túnel do Leme”, “Campos e a indústria do açúcar”, “Fabricação de ladrilhos e tijolos refratários”, “Fabricação do aço”, “O dia do trabalhador em Volta Redonda”, “Trabalho a fazer”, “O fumo: indústria e produção”, “Fabricação do champagne no Brasil”, “Siderurgia de Sorocaba”, “O Conselho Econômico e Social”, “Recursos Econômicos: o café”, “Eletrificação da estrada de ferro central do Brasil”, “Moinho de Fubá”, “Monitor Parnaíba: construção naval brasileira”, “Indústrias de perfumes”, “Fabricação de álcool”, “Montagem de motor”, “Motor elétrico”, “Fábrica da Estrela Raiz da Serra”, “O Ensino Industrial no Brasil”, “Industrialização do quartzo no Brasil”, “Indústria farmacêutica no Brasil”, “O mundo eletrônico”, “O minério e o carvão”, “Nem tudo é aço em Volta Redonda”, “Cantos de Trabalho”, “Condenados pelo progresso”, “Investir para progredir”, “O trabalho no campo”, “O trabalho nas cidades”.

A extensa lista demonstra a diversidade de como a temática do trabalho é abordada na produção audiovisual brasileira da metade do século XX. A concepção de trabalho que se refere esta pesquisa é proveniente da discussão realizada por Marx (2004, p. 85) cuja proposição destaca que

é verdade que também o animal produz. Constrói para si um ninho, habitações, como a abelha, castor, formiga etc. No entanto, produz apenas aquilo de que necessita imediatamente para si ou sua cria; produz unilateral[mente], enquanto o homem produz universal[mente]; o animal produz apenas sob o domínio da carência física imediata, enquanto o homem produz mesmo livre da carência física, e só produz, primeira e verdadeiramente, na [sua] liberdade [com relação] a ela; [...]

Contudo, o que seria algo voltado à criação consciente da realidade pautada pela sociabilidade, logo se vê detido em uma lógica determinada através da exploração da força de trabalho no modo de produção capitalista baseado na separação do

trabalhador dos meios de produção.

O desenvolvimento das forças produtivas se baseia na relação de exploração - ou seja, com a extração de mais-valia, que permite o lucro e a acumulação do capital. Assim, com o advento da maquinaria, “o processo de produção em seu conjunto, entretanto, não aparece como processo subsumido à habilidade imediata do trabalhador, mas como aplicação tecnológica da ciência” (Marx, 2011, p. 933).

Após uma breve abordagem da estrutura organizacional do INCE durante sua existência de 30 anos (1936 - 1966), é possível destacar algumas produções que reforçam o envolvimento do audiovisual realizado pelo Estado e o processo de racionalização do trabalho de determinada época. É o caso do filme “A Balata”, cujo retrato da extração do látex é acompanhado por uma câmera que se localiza desde o solo para captar as imagens de um trabalhador que escala o tronco de uma árvore marcada por cortes diagonais. O líquido retirado da balateira é despejado, por dois homens, em um recipiente que é colocado na sombra para secar. Logo que um trabalhador acende o cigarro, que encontra-se na boca de outro, começam a dobrar o produto. Todas as cenas são registradas no interior da floresta amazônica, levando-nos a pensar o local, bem como a organização social do trabalho. Curioso destacar que trata-se de um excerto do filme “No paiz das Amazonas”, de Silvino Santos e Agesilau de Araújo com lançamento em 1922. Durante aproximadamente 130 minutos de tal filme que retrata diversos aspectos culturais da região norte do Brasil, o Instituto selecionou 4 minutos que demonstram o trabalho realizado pela população local. Outra produção do INCE desempenhada com a cooperação do “Club de Telegraphistas do Brasil” retrata o uso deste equipamento em território nacional. Intitulado como “O Telegrapho no Brasil”, o curta-metragem inicia com um *travelling* de aproximadamente 1 minuto, do sul ao norte, do mapa de todo o território brasileiro. Os planos fechados apontam para dedos que executam a tarefa de teclar na máquina responsável pela disseminação da informação. Para finalizar o vídeo, um movimento de câmera realizado de baixo para cima apresenta o busto de Guilherme Capanema. Outra produção do INCE chamada “Um Parafuso” retrata os procedimentos técnicos para fabricação de um parafuso. Diferente dos outros dois citados, este possui uma narração que detalha os aspectos próprios de seu feito. Uma lousa com o desenho deste objeto cercado por medidas é seguida de planos fechados em uma máquina de corte, de modo que, segundo a voz over,

verificado o perfeito entrosamento das engrenagens e a respectiva colocação, tem início a operação do roscado. Aqui a ferramenta tem o bico em forma triangular e a sua posição conveniente é testada por meio de um pequeno calibre, de modo que a mediana do ângulo do bico fique perfeitamente perpendicular ao eixo da peça. A ferramenta deve estar com a altura e a ponta igual a do vértice do ponto fixo do cabeçote

Os três filmes brevemente analisados acima correspondem às produções iniciais do INCE datadas de 1936, sendo o primeiro realizado em Amazonas e os demais no Rio de Janeiro. O trabalho, enquanto atividade constituída de

planejamento e execução, exerce um papel central na constituição das classes sociais. É possível analisar a ação transversal da concepção do trabalho nas obras audiovisuais por diferentes perspectivas. Quais são os rumos do desenvolvimento das forças produtivas através das imagens? Como as relações sociais de produção são retratadas diante das câmeras? Como o trabalhador brasileiro é visto nas obras audiovisuais do INCE?

É possível analisar, nas cenas comentadas, uma tentativa de retratar o trabalho manufatureiro de “A Balata” em contraposição à utilização da maquinaria - e a técnica - da produção de “Um Parafuso”. Todo este processo é respaldado pela rede de distribuição da informação, fato que corrobora com o escoamento das mercadorias, em “O Telegrapho no Brasil”. A complexidade de temas discutidos somente nesta breve amostra de 3 filmes é abrangente. Assim como é ampla a abordagem de todo o material mantido no acervo do INCE durante os 30 anos de existência. Ao levar em consideração as transformações ocasionadas pela introdução de novas tecnologias - como no caso analisado o rústico corte nas balateiras e os cálculos precisos na elaboração do parafuso - , é célebre destacar que

na manufatura e no artesanato, o trabalhador se serve de ferramenta; na fábrica, ele serve à máquina. Lá é dele que parte o movimento do meio de trabalho; aqui ele precisa acompanhar o movimento. Na manufatura, os trabalhadores constituem membros de um mecanismo vivo. Na fábrica, há um mecanismo morto, independente deles, ao qual são incorporados como um apêndice vivo (MARX, 1984, p. 43)

Deste modo, a divisão do trabalho se estabelece diante daqueles que executam e outros que pensam a produção. São estes que “fixam o progresso da produção, descrevem os cargos, fixam funções, estudam métodos de administração e normas de trabalho [...]” (TRAGTENBERG, 2006, p. 87). Recorrendo aos princípios de padronização propostos pela necessidade de reduzir as tarefas em atividades simples para maior controle do tempo gasto em cada atuação,

para Taylor os que executam devem ajustar-se aos cargos descritos e às normas de desempenho. Aí, a capacidade do operário tem um valor secundário, o essencial é a tarefa de planejamento. A especialização extrema do operário, no esquema de Taylor, torna supérflua sua qualificação. Taylor enfatiza a tarefa e o princípio de hierarquia na estrutura formal, como base da autoridade administrativa (Ibid, p. 88)

Essa especialização extrema das funções exercidas pela força de trabalho, que corresponde a um aumento da extração da mais-valia dos trabalhadores, pode ser observado, por exemplo, em uma produção audiovisual realizado pelo INCE em 1945 com o título “O Ensino Industrial no Brasil” com direção de Humberto Mauro. A voz over trata de apresentar o propósito do vídeo logo em seus primeiros momentos: “O ensino industrial no Brasil, obra de significação nacional e de sentido moderno está diretamente orientado para o povo e relacionado com a técnica da produção”. Após a aparição de diversas edificações, a Escola Técnica de Vitória, Espírito Santo, surge em evidência. Se, no primeiro momento as imagens deste edifício apontam

para meninos que caminham com vestimentas sociais em um ambiente externo marcado pela luz do sol, as cenas internas logo ganham destaque ao representá-los, com seus devidos uniformes de trabalho, por entre a maquinaria. O narrador relata como as disciplinas são divididas de acordo com os anos de aprendizado. Ao destacar que o processo seletivo abrange “ambos os sexos”, as alunas surgem fazendo exercícios antes do registro de uma sala de aula composta somente por mulheres e com uma professora à frente das cadeiras enfileiradas. A importância das aulas de química são expostas diante de um aluno que contempla frascos com elementos químicos. O almoço de todos os alunos com “refeição saudável e inteiramente grátis”, as imagens de alunos e alunas sentados juntos no refeitório difere das imagens até então determinadas pela separação de ambos. A torneira, prensadora com lubrificação automática, limador mecânico e limador manual são representados por alunos do sexo masculino. Enquanto estes se concentram no movimento das máquinas, as mulheres aparecem nas aulas, segundo narrador, de “corte e costura”. A voz over ainda complementa que, “a lei orgânica do ensino industrial não estabelece exclusividade de sexo para qualquer das atividades de sua oficina. Apenas adapta às naturais possibilidades”. Ao mesmo tempo em que surge uma estudante costurando um adereço para cabeça, a voz over ressalta que “a escolha é livre”. Alternando entre os colegas do sexo masculino e feminino frente ao conjunto de maquinaria das artes gráficas, destaca-se o “apreciável número de alunas”, bem como o “regular número” das mesmas no curso de carpintaria. Após um aluno observar a montagem de um motor, o narrador declara que “o diploma, resultante da prática e da teoria harmonicamente conjugadas, será um ingresso seguro para grandes realizações nas indústrias do Brasil”. A entrega do conhecido diploma em formato de canudo é realizada diante de um plano fechado em duas mãos que logo são substituídas por imagens de complexos industriais.

A reiteração do narrador referente à presença da formação feminina como força de trabalho remete a uma discussão envolvendo a representatividade das mulheres na qual, segundo Kergoat (2009, p. 72) “falar em termos de divisão sexual do trabalho é ir mais além de uma simples constatação de desigualdades: é articular a descrição do real com uma reflexão sobre os processos pelos quais a sociedade utiliza a diferenciação para hierarquizar essas atividades”.

Em outra obra do Ince, dirigida por Jacques Deheinzelin, de 1966 intitulada “Investir para progredir”, é possível observar como o desenvolvimento da ciência é pautado pela lógica de acumulação do capital, cujo “trabalho vivo, em conjunção com ciência e tecnologia, constitui uma complexa e contraditória unidade, sob as condições dos desenvolvimentos capitalistas” (Mészáros, 1989 apud Antunes, 1999, p. 122). Ainda sobre isso, Ricardo Antunes (1999, p. 122) alerta que

liberada pelo capital para expandir-se, mas sendo em última instância prisioneira da necessidade de subordinar-se aos imperativos do processo de criação de valores de troca, a ciência não pode converter-se em “principal força produtiva”,

em ciência e tecnologia independentes, pois isso explodiria, faria saltar pelos ares a base material do sistema de produção do capital.

Diante de um momento pautado pelas descobertas que acentuam a extração de mais-valia, o filme mencionado se inicia com o som de uma máquina em movimento que paulatinamente é substituído pelo dedilhar das cordas de um violão. Uma pequena casa no campo acompanha a tensão do acréscimo da taxa de natalidade cujo, segundo narrador, é preciso “conseguir que o aumento da produção iguale pelo menos o aumento da população para prover ao novo habitante um novo emprego, novas escolas, habitação, transporte, alimentação. Do contrário, o país empobrece”. De modo assertivo, com imagens de um arado puxado por um boi, a voz surge novamente para destacar que “renda depende de produção”, uma vez que

por muitos séculos, a produtividade do trabalho humano foi bastante diminuta. Só com o advento de novas técnicas o aumento dessa produtividade tornou-se possível. Processos modernos de produção significam máquinas. Máquinas são minerais transformados pela indústria que necessita de energia e pessoal técnico especializado cuja alimentação depende da agricultura.

Por entre imagens de máquinas no campo e na cidade, os trabalhadores surgem executando suas tarefas de maneira ordeira na linha de produção. Para que tal fato ocorra,

as técnicas de gestão, os tipos de disciplina no trabalho, a maquinaria, nas suas sucessivas remodelações, têm como objetivo aumentar o tempo de sobretrabalho e reduzir o do trabalho necessário. Estas forças produtivas não são neutras, porque constituem a própria forma material e social como o processo de produção ocorre enquanto produção de mais-valia e como dessa mais-valia os trabalhadores são despossuídos. (BERNARDO, 2009, p. 329)

Por fim, as palavras do narrador buscam construir uma narrativa que justifique os investimentos brasileiros através do seguinte discurso:

O problema de investir para progredir é sobretudo dos próprios brasileiros. Qualquer que seja a fórmula adotada, os investimentos devem e precisam ser feitos. Representando um ônus do presente a ser suportado no futuro da nação. Selecionar os investimentos e sobretudo melhorar o capital humano através de educação e tecnologia é uma absoluta necessidade do nosso desenvolvimento. Um dever que contraímos com o futuro.¹

O som da máquina em movimento se acentua na medida em que um recém-nascido é colocado em um berço. O ruído das engrenagens continua após os créditos finais. A análise da construção deste discurso fílmico, assim como os demais mencionados, pode trazer interessantes pontos de vista sobre a associação do audiovisual na consolidação de estratégias de organização das atividades de trabalho e suas consequências econômicas, políticas e sociais na população brasileira entre os anos de 1933 e 1966.

1. Idem.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O audiovisual produzido no Instituto Nacional de Cinema Educativo é caracterizado como um relato, formado ao mesmo tempo por uma narração (sem materialidade) e aquilo que narra (materialidade). As mudanças materiais ocorridas na sociedade brasileira também provocam mudanças da forma produzida pela própria narrativa. Assim, os relatos analisados são permeados de materialidade que buscam exercer um efeito narrativo produzido na realidade.

Por meio de uma crítica da economia narrativa e, ao mesmo tempo, da história, é possível perceber que, os problemas nacionais, apontados nos filmes analisados, se resolveriam com o desenvolvimento econômico do país. As ideias de um determinado nacional-desenvolvimentismo perpassa alguns governos no período contemplado. Desse modo, as tentativas de modernização das forças produtivas e o controle das relações sociais de produção, nas obras selecionadas, são acompanhados de perto pelos gestores no momento analisado.

Diante da objetividade do fenômeno que compõe este órgão institucional - marcado pela particular proximidade entre o Estado e as empresas - ou Estado Restrito e Estado Amplo, há toda uma concepção de subjetividade construída nas imagens de trabalhadores em distintas atividades.

Uma vez que o moderno jamais avança sem recompor o atraso, o que é esse Brasil contemporâneo destacado nas linhas de produção registradas pelo INCE? Analisar tais obras audiovisuais me parece apontar para um questionamento da visão linear e etapista da modernidade, conduzindo a enxergar as particularidades que permeiam o processo de desenvolvimento nos países periféricos, em especial o Brasil.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas - reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Cia das Letras, 2008.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

AZEVEDO et al. **Manifestos dos pioneiros da Educação Nova**. Recife: Massangana, 2010.

BERNARDET, Jean-Claude. **O que é cinema**. São Paulo: Brasiliense, 1980

BERNARDO, João. **Economia dos conflitos sociais**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

CARVALHAL, Fernanda Caraline de Almeida. **Luz, câmera, educação! - O Instituto Nacional de Cinema Educativo e a formação da cultura áudio-imagética escolar**. Dissertação (Mestrado) Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, 2008.

FAYE, Jean-Pierre. **Introdução às linguagens totalitárias - Teoria e transformação do relato**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

_____. **A razão narrativa**. São Paulo: Editora 34, 1996.

FERRO, Marc. **Cinema e História**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

GALVÃO, Elisandra. **A ciência vai ao cinema: uma análise de filmes educativos e de divulgação científica do Instituto Nacional do Cinema Educativo (INCE)**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, H. et al (org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. Editora UNESP : São Paulo, 2009, p. 67–75.

LOWY, Michael (org). **O marxismo na América Latina – uma antologia de 1909 aos dias atuais**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2012.

MARTINS, Luciano. **A gênese de uma intelligentsia; os intelectuais e a política no Brasil, 1920-1940**. São Paulo: Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 2, n. 4, 1987.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **O capital**, v.1, t. 2. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil. Entre o povo e a nação**. São Paulo: Editora Ática, 1990.

ROSENFELD, Anatol. **Cinema: Arte & Indústria**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

SCHVARZMAN, Sheila. **Humberto Mauro e as imagens do Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

SIMIS, Anita. **Estado e cinema no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

SORLIN, Pierre. **Sociología del Cine**. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1992.

SOUZA, Carlos Roberto de. **Catálogo filmes produzidos pelo INCE**. Rio de Janeiro : Fundação do Cinema Brasileiro, 1990.

TRAGTENBERG, Mauricio. **Burocracia e Ideologia**. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

VARGAS, Getúlio. **O cinema nacional, elemento de aproximação dos habitantes do País**. In: A nova política do Brasil. Rio de Janeiro : José Olympio, 1938.

SOBRE A ORGANIZADORA

LUCIANA PAVOWSKI FRANCO SILVESTRE - Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2003), pós-graduação em Administração Pública pela Faculdade Padre João Bagozzi (2008) é Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2013), Doutora em Ciências Sociais Aplicadas pela UEPG. Assistente Social da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social - Governo do Estado do Paraná, atualmente é chefe do Escritório Regional de Ponta Grossa da Secretaria de estado da Família e Desenvolvimento Social, membro da comissão regional de enfrentamento às violências contra crianças e adolescentes de Ponta Grossa. Atuando principalmente nos seguintes temas: criança e adolescente, medidas socioeducativas, serviços socioassistenciais, rede de proteção e política pública de assistência social.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Arqueologia 180, 182, 191

C

Cinema 91, 92, 94, 95, 96, 97, 103, 104

Conselhos 31, 32, 34, 35, 36, 38, 39, 43

Controle social 46

Cultura 5, 15, 25, 28, 35, 36, 91, 104, 105, 119, 120, 123, 144, 180, 189, 190, 191, 192, 231, 264

D

Democracia 5, 31, 33, 38

Desigualdade 47, 56

E

Estado 5, 1, 7, 9, 10, 11, 13, 15, 22, 24, 26, 32, 33, 34, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 52, 54, 60, 62, 63, 64, 85, 93, 94, 95, 99, 103, 104, 105, 117, 118, 119, 120, 121, 123, 138, 153, 154, 157, 159, 162, 164, 169, 170, 174, 176, 177, 193, 194, 195, 197, 200, 201, 202, 206, 237, 238, 265, 267, 269, 278, 321

F

Família 57, 60, 64, 65, 66, 67, 68, 70, 73, 74, 321

G

Gênero 5, 39, 47, 56, 67, 73, 114

H

Homofobia 78

I

Identidade 5, 24, 162, 270, 271

Impeachment 15

Informação 35, 88, 232, 233, 242, 243, 244, 245, 247, 258, 259, 260, 295, 305, 308, 315, 319

M

Morte 137, 296, 301

N

Nação 24, 29, 115, 117, 177

Niilismo 304

P

Pobreza 67

Poder 34, 167, 179

Preconceito racial 207

Produção de conhecimento 261

T

Território 5, 155, 157, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166

U

Umbanda 207, 208, 217

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-514-3



9 788572 475143